

O Conselho Federal de Comércio Exterior

Reportagem de ADALBERTO MÁRIO RIBEIRO

COM o objetivo de promover o desenvolvimento das exportações em geral, foi criado pelo Decreto n.º 24.429, de 20 de junho de 1934, o Conselho Federal de Comércio Exterior, devendo para esse fim “estudar e resolver tôdas as questões internas e externas que visem a colocação de produtos nacionais em mercados consumidores dos demais países”.

Cabe ainda ao referido órgão “aconselhar a propaganda internacional do país e de seus produtos e a sua participação nas feiras e exposições, planejando e organizando essas representações e serviços”.

COMO O PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS JUSTIFICOU A CRIAÇÃO DO CONSELHO

Ao inaugurar os trabalhos do Conselho, proferiu o Presidente Getúlio Vargas o seguinte discurso:

“A instituição do Conselho Federal de Comércio Exterior correspondeu a um dos imperativos essenciais da administração do país. Durante largo período procuramos resolver os problemas do comércio exterior do Brasil adotando fórmulas empíricas, aplicando métodos apriorísticos e sem bases na realidade. A falta de um organismo centralizador, para onde convergissem e de onde irradiassem tôdas as medidas de estímulo e defesa da nossa produção e da sua colocação nos mercados nacionais e estrangeiros, tornava praticamente impossível o exame ponderado e o conhecimento seguro das necessidades primordiais da economia nacional. Os assuntos de ordem técnica, muitos dos quais de caráter urgente e inadiável, emaranhavam-se na rede dos departamentos oficiais. Os diferentes Ministérios, as numerosas repartições federais e estaduais, as diversas Associações fundadas para incrementar o desenvolvimento das fontes de produção e consumo funcionavam como verdadeiros compartimentos estanques, sem um ponto de referência, capaz de orientar-lhes a atividade. O Conselho Federal é, por excelência, um instrumento disciplinador. Destina-se a estudar os meios mais adequados para o aperfeiçoamento e expansão do nosso comércio exterior, libertando-o de óbices e entraves, amparando-o e preservando-o de modo racional. Além disso, o Conselho será um órgão de informações, propaganda e exame dos

mercados, de assessoramento técnico dos produtos e, principalmente, de coordenação entre os ramos da administração, permitindo, assim, a execução de um plano construtivo, onde sejam ventiladas as questões financeiras, de preponderância crescente na vida contemporânea, como as referentes aos câmbios, aos saldos e *deficits* da balança comercial, aos congelados bancários e às guerras de tarifas, decorrentes de um nacionalismo econômico exagerado e do desequilíbrio e oscilações dos padrões monetários. A fim de acautelar os seus interesses, nesse particular, vários países criaram institutos semelhantes ao que estabeleceu o Governo Provisório no Decreto n.º 24.429, de 20 de junho último. E se, em épocas normais, a utilidade de um Conselho de Comércio Exterior é manifesta, mais ainda se justifica neste momento de graves abalos econômicos, políticos e sociais que o mundo sofre. A riqueza de um Estado é uma consequência das boas normas administrativas. Faz-se mister, destarte, que se examinem as suas possibilidades, que se proceda a um balanço ponderado das suas reservas, a fim de regular as suas operações de compra e venda. Ora, a situação de nosso país impunha, ao Governo, o dever precípua de organizar a economia brasileira, aumentando, dentro do território nacional e no estrangeiro, o escoamento dos nossos produtos. Encontraremos, assim, maiores facilidades para vencer, pouco a pouco, as dificuldades oriundas da crise mundial.

Avoluma-se, de maneira auspiciosa, a exportação das nossas matérias primas. A nossa política financeira aparelha o Banco do Brasil para impulsionar a nossa produção. Cumpre-nos esperar, portanto, da obra do Conselho Federal de Comércio Exterior os melhores resultados, em benefício do país. Associados, aqui se acham representantes das três Federações das classes produtoras e técnicos de valor. Incumbidos de zelar pelo patrimônio nacional, sem outra aspiração, além da que nos dita o interesse da Pátria, e inspirados tão somente no desejo de bem servi-la, empenhemo-nos, sinceramente, para justificar, pela importância dos rendimentos, a existência do organismo que, hoje, começa a funcionar”.

Além do Conselho Federal de Comércio Exterior, há o Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial do Brasil, a Divisão Econômica e Comercial do Ministério das Relações Exteriores, o Conselho Técnico de Economia e Finanças, do Ministério da Fazenda, a Comissão de Planejamen-



Vista externa do Pavilhão Britânico da Exposição Internacional de 1922, no qual, hoje, o Conselho Federal de Comércio Exterior tem sua sede

to Econômico, a Coordenação da Mobilização Econômica e a Divisão de Expansão Econômica, subordinada ao Departamento de Indústria e Comércio, do Ministério do Trabalho, a qual dispõe de 17 escritórios comerciais no estrangeiro, conforme dissemos na reportagem que publicamos nesta Revista em seu número de março último.

Todos esses órgãos estão trabalhando pela expansão econômica do Brasil. Sentimos, entretanto, que de vez em quando nos cheguem ao conhecimento notícias pouco animadoras da falta de cooperação de firmas comerciais brasileiras num trabalho a que o fator confiança, entre os participantes, deve ser preponderante e recíproco.

E, terminada esta guerra, precisamos manter os mercados consumidores estrangeiros que conquistamos na sua vigência, oferecendo-lhes bons produtos, com entregas em prazos razoáveis e a preços que possam competir com os similares de outras procedências. Entretanto — e pesa-nos soltar esse entretanto — não tem havido perfeita com-

preensão de alguns exportadores nacionais a respeito da natureza de suas relações com os seus fregueses no estrangeiro.

OBSERVAÇÕES DO CHEFE DO ESCRITÓRIO COMERCIAL DO BRASIL NO PERU

N'A Manhã, de 4 de abril último, lemos uma entrevista do Coronel Manuel Gomes Parreira, chefe do Escritório Comercial do Brasil no Peru, na qual pede êle a atenção do nosso comércio exportador e da imprensa para suas palavras:

"A grande procura dos nossos produtos é uma das causas de lucros exagerados que o comércio exportador vem procurando obter. Não fôra essa ganância, outras seriam as nossas perspectivas em relação aos demais competidores. E' imperioso que essa situação se modifique, a fim de que, cessada a luta, possamos manter os mercados conquistados durante a guerra e enfrentar, ao mesmo tempo, a concorrência dos outros mercados. Mas, não é só essa observação que tenho a fazer. São muitas as queixas

que me chegam por parte de interessados do Peru, no nosso comércio. A falta de escrúpulo verificada por algumas firmas, no que diz respeito a preços oferecidos, despachos de mercadorias diferentes das amostras apresentadas e, bem assim, no que se relaciona ao pagamento das comissões estabelecidas aos representantes, constituem outras causas de justo descontentamento. Da minha parte estou agindo enérgicamente contra esse mau elemento, no sentido não só de adverti-lo, como de obrigá-lo ao exato cumprimento de suas obrigações. Felizmente, as recentes e oportunas medidas tomadas pelo Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial do Brasil com o propósito de selecionar as indústrias que devem ser protegidas pelo Estado e promover estudos em torno das exportações que podem prejudicar o crédito do Brasil, nos mercados mundiais, hão de satisfazer as exigências do mercado consumidor e comprador”.

A OPINIÃO DE UM TÉCNICO DO D.A.S.P.

No ano passado, o D.A.S.P. enviou ao Paraguai uma comissão de técnicos para estudar a or-

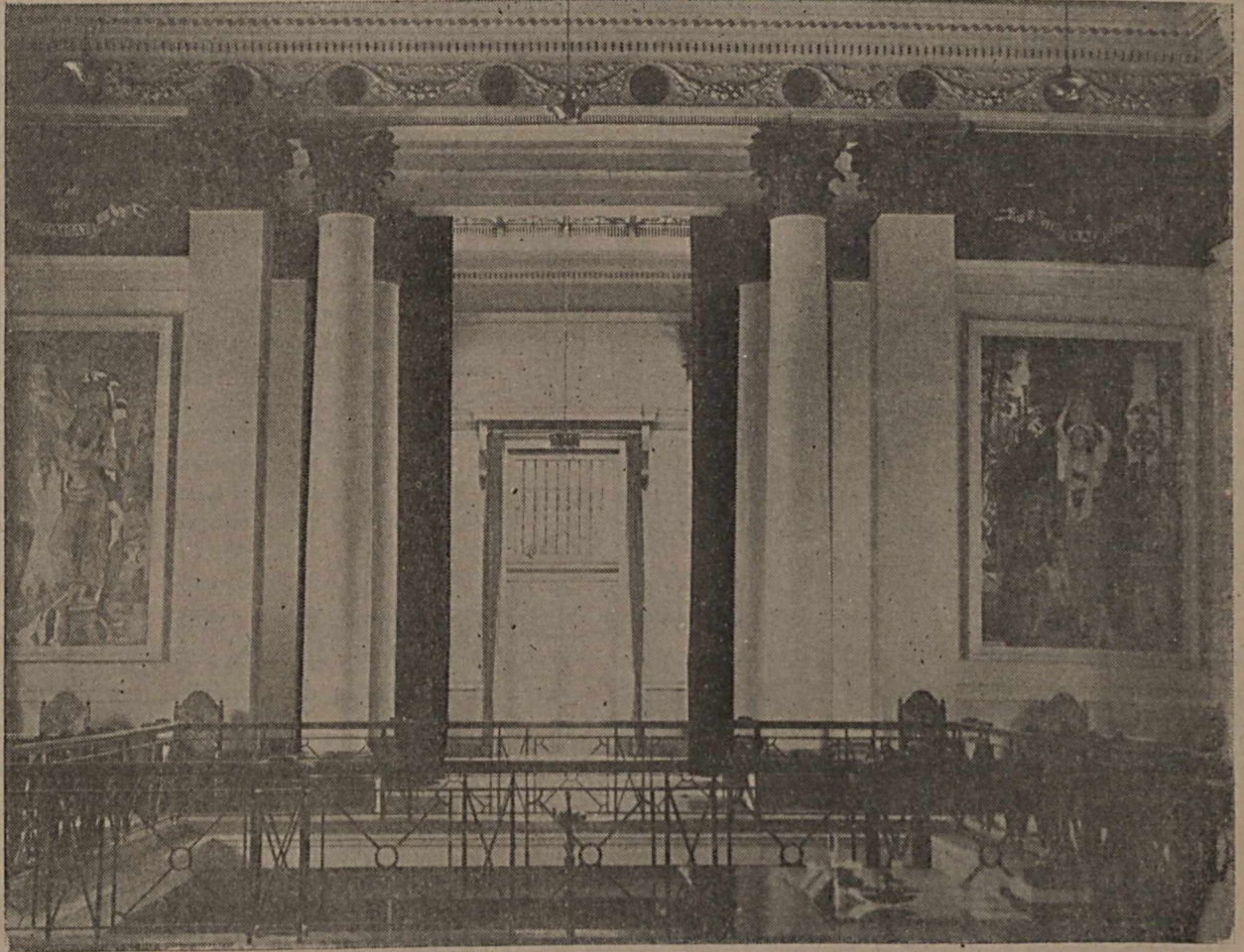
ganização dos serviços públicos daquele país. Lá, alguns deles procuraram também fazer observações fora dos setores burocráticos e, de volta, as revelaram como puderam. O Sr. Oscar Vitorino Moreira, que integrava a referida comissão, entreteve-se a observar de perto o comércio paraguaio e as suas relações com o nosso. Não gostou, e não quis ficar calado, e fez, afinal, uma conferência pública na Associação Comercial do Rio de Janeiro. Fomos ouvir essa conferência, tomamos algumas notas, que aproveitamos para um comentário na imprensa e ainda servem para ilustrar esta reportagem.

Sáimos tristes da conferência do técnico do D.A.S.P. Disse então ele que é praticamente impossível o intercâmbio comercial brasileiro-paraguaio na forma em que se arrasta, e deu estes motivos :

Deficiência real de comunicações entre o nosso e aquele país, bastando lembrar que os produtos exportados do Rio para o Paraguai, por via ter-



Painéis do "hall" da sede do Conselho Federal de Comércio Exterior



Outra vista interna do edifício sede do Conselho

restre, terão de seguir este itinerário: Do Rio a São Paulo pela Central do Brasil; dos vagões dessa estrada são baldeados para os da Noroeste do Brasil até Porto Esperança (que melhor se poderia chamar Esperança de Porto...). Aí, o melhor caminho será o embarque dos mesmos produtos nas chatas dos Irmãos Migueis, uma vez que não se pode contar com a Navegação do Rio da Prata (antigo Lóide Brasileiro) e esperar-se que a mercadoria chegue depois a Assunção. Assim, ao descrever-lhe o percurso no papel, está ela andando mais ou menos depressa... Na realidade, porém, contando-se com toda a boa vontade das empresas transportadoras, só depois de... três meses o importador paraguaio consegue recebê-la.

O conferencista passou em seguida a focalizar o segundo motivo da precariedade de nosso intercâmbio comercial com o Paraguai: falta de confiança do comércio importador desse país na conduta de certas firmas brasileiras. E o Sr. Oscar

Vitorino Moreira esclarece: o comerciante paraguaio recebe a amostra de um produto que deseja comprar e, feita a encomenda, recebe artigo bem inferior. Se houvesse sanções para repressão de semelhante conduta, acentuou, de certo que ela não seria tão freqüente.

Mas, prossigamos em nossa reportagem. Os depoimentos que deixamos acima só foram aqui mencionados para que possa o leitor julgar como não é muito fácil a manutenção, em bases sólidas, de nossas relações comerciais no estrangeiro. E, depois, o nosso propósito agora não é absolutamente tratar de escritórios comerciais que o Ministério do Trabalho mantém fora do Brasil — assunto esse que, como já dissemos, constituiu a matéria de nossa reportagem em março último nesta mesma Revista.

As atividades do Conselho Federal de Comércio Exterior não têm, absolutamente, nenhuma ligação com as da Divisão de Expansão Econômica

do Ministério do Trabalho. Aquêlê órgão acha-se diretamente subordinado à Presidência da República.

NA SEDE DO CONSELHO FEDERAL DE COMÉRCIO EXTERIOR

O Conselho Federal de Comércio Exterior funciona à Avenida Presidente Wilson n.º 231, no antigo Pavilhão Britânico da Exposição Internacional Comemorativa do Primeiro Centenário da Independência do Brasil, realizada no Rio de Janeiro em 1922, quando Presidente da República o Dr. Epiácio Pessoa.

Não vamos descrever êsse pavilhão. Bastam as fotografias que dêle estampamos aqui.

Precisamos lembrar ao leitor que o Conselho funcionou durante cinco anos no Palácio Itamarati, onde foi instalado a 6 de agosto de 1934, tendo então, a 8 de maio de 1939, se transferido para o Pavilhão Britânico. Aí, na sua sessão de instalação,

o Presidente Getúlio Vargas, discursando, teve ensejo mais uma vez de ressaltar a importante função do Conselho, afirmando :

“Precisamos transformar o Conselho em um organismo vivo e atuante para que se integre na sua alta finalidade que é a de estímulo da nossa capacidade de exportação, fator primordial da riqueza nacional.

O Brasil vive e precisa da exportação e deve, portanto, aumentá-la. Na pauta das estatísticas mais recentes, vemos enumerados quarenta produtos principais da nossa exportação, indicando, assim, grande variedade. Dêses quarenta produtos, porém, apenas seis representam valor superior a 100.000:000\$000. Todos os demais registram cifras inferiores. Apresenta-se, assim, uma grande margem para o aumento da exportação”.

Seria interessante saber alguma coisa dêses 40 produtos principais de nossa exportação e ver de perto as atividades do Conselho, embora à distância nós as conheçamos através das notícias nos jornais, de suas sessões plenárias, realizadas regu-



O Diretor Geral do Conselho Federal de Comércio Exterior, Ministro Mário Moreira da Silva, em seu gabinete de trabalho

larmente tôdas as segundas-feiras, à tarde. Também lemos agora o *Boletim* do Conselho e por êle nos pomos em dia com um mundo de coisas referentes à economia nacional. E, no entanto, anteriormente implicávamos sèriamente com o *Boletim*. Vamos dizer ao leitor como nos reconciliamos cordialmente com essa publicação, reproduzindo aqui pequena crônica que, em 30 de julho de 1942, divulgamos no *Correio da Manhã*.

NUM DIA CHUVOSO

Medeiros e Albuquerque disse uma vez que lia tudo que lhe caía sob as vistas. E, mesmo que o assunto lhe fôsse inteiramente estranho, achava sempre jeito de aprender alguma coisa. Questão de paciência e de boa vontade.

Muitas vêzes, o assunto pode ser interessante, mas o deixamos de lado porque nos é apresentado por nome esquisito e pouco simpático, pôsto logo no alto da publicação, como se vê em revistas e jornais. Seria grande coisa que figurasse modestamente no fim, pois assim conseguiria para o trabalho a atenção dos leitores implicantes. E os jornalistas e escritores que ainda usam dêsse sistema antigo, mas sensato, quantas vêzes passam a ser lidos, reconciliando-se com os leitores prevenidos? No fim houve a reconciliação e, assim, o autor pregou-lhes uma boa peça. Como quem diz: desta vez você, leitor rabujento, caiu mesmo...

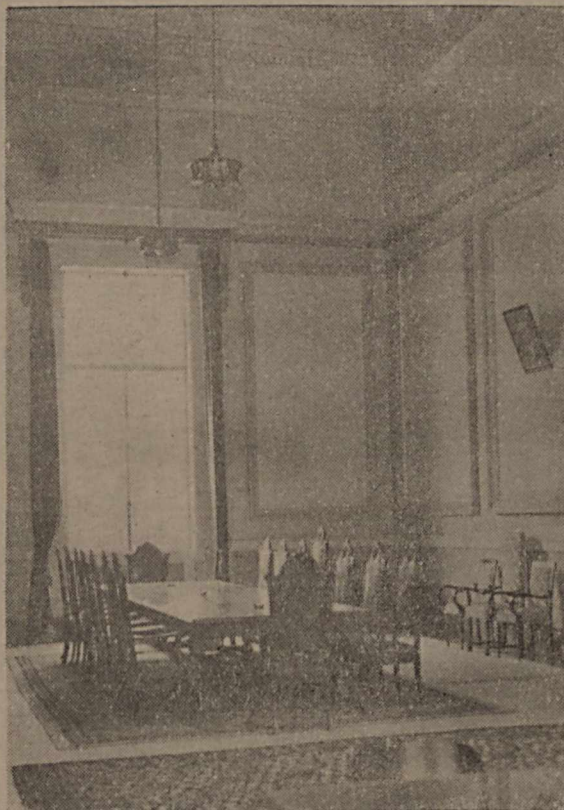
Aí está uma prova bem acentuada da desvantagem de sermos intolerantes.

Um domingo úmido e chuvoso poderia, sem dúvida, ser chamado o "dia da reconciliação" com essa gente de nome cacete e também com livros e certas publicações incríveis, que nos remetem pelo *Correio* quase como se fôssem circulares, tal a espontaneidade com que se oferecem para ser lidos, à semelhança dessa propaganda direta em que seus remetentes procuram fregueses valendo-se de endereços da lista telefônica...

Mas numa noite chuvosa, lâmpada à cabeceira, travesseiro macio e depois de um café cheiroso, certas publicações nos parecem até risonhas, simpáticas e atraentes. Não aquelas de elogios derramados e quase agressivos à nossa boa fé, mas outras, modestas, simples, em que no lugar dos superlativos elogiosos se alinham algarismos ou gráficos elucidativos sôbre as nossas atividades no setor cultural ou no setor econômico.

E foi assim que nos reconciliamos com o *Boletim do Conselho Federal de Comércio Exterior*, dirigido pelo jornalista Otávio Malta. Implicávamos com sua capa côr de tijolo queimado, com o cheiro do papel, com o tipo, com tudo afinal. Mas a chuvinha manhosa que caía lá fora e o travesseiro macio mudaram a feição da revista e, quando a vimos, desco-

brimos-lhe outro defeito: poderia ter mais páginas; as que publica não bastam, pois não chegam a vinte e cada uma delas é precioso e vivo repositório de informações exatas sôbre nossa vida comercial, tanto no que importamos como no que exportamos. E, fora dos seus gráficos e cifras, o estilo da revista é enxuto, como agora é moda dizer-se por aí, como se tratássemos de abóbora...



Salão das reuniões plenárias do Conselho

Aliás, já não é sem tempo estancar-se um pouco a linguagem derramada de certas publicações que, à força de ser muito *martelada*, se tornou há muito estéril e insuportável. — Adalberto Ribeiro.

CONVERSANDO COM O DIRETOR GERAL DO CONSELHO, MINISTRO MÁRIO MOREIRA DA SILVA

O Diretor da Secretaria do Conselho, Sr. Camillo Ferrara, e o Engenheiro Luiz Gonzaga Leobons, Secretário do Conselho Pleno, levaram-nos à presença do Sr. Ministro Mário Moreira da Silva, dizendo-lhe de nosso desejo de conhecer de perto o Conselho para descrever depois as suas atividades aos leitores da *Revista do Serviço Público*.



Aspecto de uma reunião plenária do Conselho Federal de Comércio Exterior

A cordialidade do Ministro Moreira da Silva e sua maneira simples e afável de receber-nos puseram-nos de tal forma à vontade que, dentro em pouco, já nos permitimos a liberdade de até fazer blagues e contar-lhes fatos e episódios que julgamos interessantes, neste nosso trabalho constante de ouvir diretores de serviços administrativos e percorrer as mais diversas repartições públicas a cargo do Governo Federal.

Embora tivéssemos conhecimento de muitos serviços do Conselho, pelo noticiário de suas sessões plenárias, achamos oportuno colher informações mais recentes sobre assuntos por esse órgão tratados, fora mesmo daqueles atinentes à nossa exportação. O diretor geral não teve dúvida em esclarecer-nos, assim nos falando :

— O Conselho ocupa-se também do estudo dos problemas econômicos internos do país, pois na sua atual organização estão incluídas as atribuições do Conselho de Economia Nacional, previsto na Cons-

tituição, até que este se constitua. Assim é que o Conselho trata e cuida de todos os assuntos relacionados com a economia brasileira, que interessem à exportação e que digam respeito ao mercado interno. E o seu acervo de trabalhos nesse sentido é bem apreciável. Evidentemente, para tão amplas atribuições o número de conselheiros é pequeno e, para remediar esse inconveniente, o Diretor Geral tem competência para organizar comissões especiais, convidando, para delas fazerem parte, técnicos oficiais e também particulares, conhecedores das matérias que lhes são submetidas a estudo. Como sabe, além das três Câmaras chamadas de Produção, Mercado Interno e de Intercâmbio, dispõe o Conselho das referidas comissões especiais, que magníficos serviços têm prestado à economia nacional.

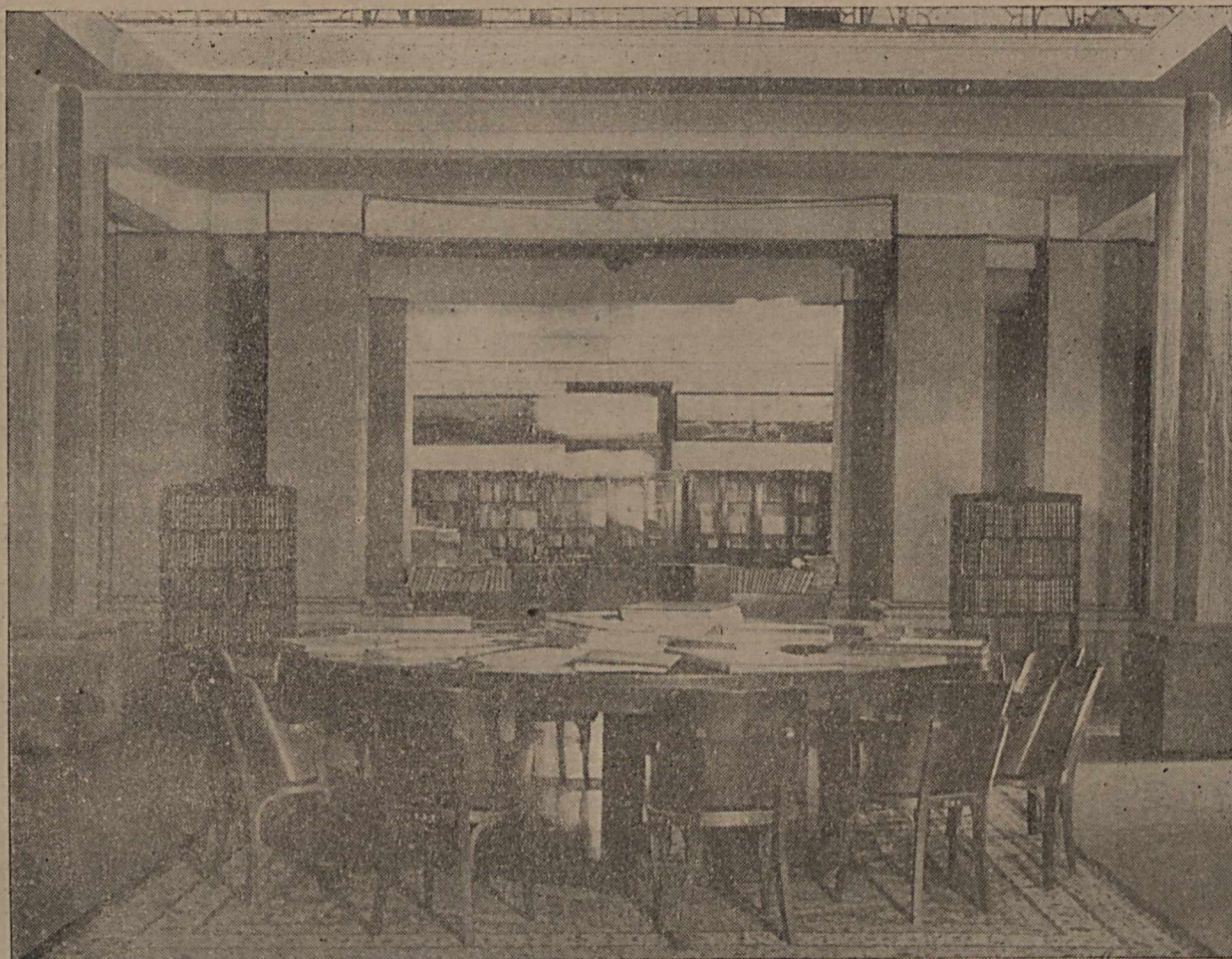
Agora mesmo funcionam diversas dessas comissões que estudam os problemas de após-guerra, de singular interesse para o Brasil. Entre elas, para

não mencionar tôdas, citarei a que estuda a questão dos créditos industrial, agrícola e de mineração; a do plano de instalação das indústrias básicas do país; a da participação mais efetiva da indústria nacional na nossa política social; a de planificação agrícola, etc. Além dessas, estudando assunto de caráter geral, indicarei como a mais importante a que elabora o plano de estabelecimento de energia elétrica nas diversas zonas do território nacional. Esta comissão, que é presidida pelo Conselheiro Antônio José Alves de Sousa, Diretor do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura, que tem a seu cargo a Divisão de Águas do mesmo Ministério, acha-se constituída dos Srs. Carlos Galiez Filho, Lauro de Ferraz Sampaio, Moreira Fisher, Américo Barbosa de Oliveira, Valdemar José de Oliveira, Ernesto de Melo Filho, Luiz Lofgren e Adosindo Magalhães de Oliveira, todos diretores de serviço e técnicos de renome. A comissão do plano de energia elétrica, que já realizou dezesseis reuniões, traba-

lha ativamente para apresentar ao Govêrno um plano tão completo quanto possível para solução do sério problema da distribuição de energia elétrica pelo território nacional. Realmente não se compreende que o Brasil, na fase de industrialização a que se entregou, não tenha um plano previamente traçado nesse sentido, visto como não poderá haver indústria organizada economicamente sem energia elétrica, fornecida com regularidade e a baixo preço. Basta que se observe o que se vem verificando nos nossos grandes centros populosos, onde já se está cogitando do racionamento do consumo de energia elétrica. Volte também as suas vistas para uma série de indústrias novas que têm sido forçadas a fazer instalações elétricas próprias, para uso exclusivo, a fim de garantir o seu funcionamento, onerando dessa forma a respectiva produção, em detrimento depois da bolsa dos consumidores.



O diretor da Secretaria do Conselho, Sr. Camilo Ferrara, em seu gabinete de trabalho



Vista parcial da Biblioteca do Conselho, vendo-se a grande mesa de que se servem os consulentes

Interrompendo por instantes as suas observações, o Sr. Ministro Mário Moreira da Silva nos mostrou um bloco de alumínio que marca o início da fabricação desse mineral no Brasil, dizendo-nos :

— E' da fábrica da Eletro-Química Brasileira S.A., instalada recentemente em Ouro Preto. Essa empresa teve necessidade de fazer às suas expensas custosa instalação para fornecimento da energia elétrica de que se serve, porque quem fala em alumínio fala em energia elétrica, fator primordial da sua fabricação. E essa empresa ainda pôde arcar com tais ônus. E quantas indústrias novas deixam de instalar-se no país por falta de energia elétrica? E não é só no setor da iniciativa particular que se nota essa angústia. Ainda há dias, neste próprio Conselho, o Professor Felisberto de Camargo, Diretor do Instituto Agrônomo do Norte, mostrava as dificuldades de funcionamento dos grandes laboratórios daquele estabelecimento, às vezes dias

seguidos, só por falta de energia elétrica. Enfim, não há progresso sem eletricidade.

E deixando o problema cruciante da energia elétrica, passou o Diretor Geral do Conselho a falar da

ARBITRAGEM COMERCIAL

— Agora vamos a outro assunto que talvez possa interessar à sua reportagem. Não se compreende que até agora não se tenha criado no Brasil um órgão permanente de arbitragem comercial. As questões levantadas entre importadores e exportadores são freqüentes e só podem ser resolvidas mediante entendimentos entre eles e havendo uma grande dose de boa vontade, e esta — com franqueza — nem sempre existe... De forma que a solução compulsória desses litígios é uma necessidade imperiosa e inadiável. O Conselho criou uma comissão que está estudando o problema e, dentro em breve, apresentará ao Govêrno um plano sobre a matéria.

TRUSTS E CARTÉIS

Indagamos do Sr. Ministro Moreira da Silva o que há nas esferas administrativas quanto a providências relativas a trusts e cartéis, que, como se sabe, tanto prejudicam o consumidor.

— Este é um assunto que vem preocupando seriamente o Governo. Sob a presidência do Conselheiro João de Lourenço, conhecido economista, foi constituída uma comissão com representantes do Governo, da indústria, do comércio, de associações de classe e do Banco do Brasil, para examinar o problema e propor aos poderes públicos uma legislação adequada. Os trabalhos dessa comissão vão adiantados, o que se deve aos patrióticos esforços de seus membros, que abandonam as suas ocupações normais, para prestarem, sem qualquer remuneração, inestimáveis serviços ao país.

REGISTRO COMPULSÓRIO DE FIRMAS EXPOTADORAS

E sobre registro compulsório de firmas exportadoras, perguntamos ao Sr. Ministro Moreira da

Silvo o que havia no Conselho. Porque ninguém ignora que já é tempo de regularizar-se o comércio exportador brasileiro no que diz respeito a preços e qualidade de mercadorias enviadas aos mercados externos, pois no momento nos vieram à lembrança aquelas coisas tristes reveladas pelo Sr. Oscar Vitorino Moreira, na sua conferência na Associação Comercial, e pelo Coronel Manuel Parreira, em entrevista ao jornal *A Manhã*, desta capital.

E o Diretor Geral do Conselho Federal de Comércio Exterior assim nos falou a respeito :

— Realmente, esse assunto há muito nos preocupa, pois freqüentes são as reclamações que as embaixadas, legações e consulados brasileiros nos têm enviado por intermédio do Ministério do Exterior. Da África do Sul, principalmente, as reclamações trazidas ao conhecimento do Conselho são numerosas. Esse mercado, recentemente conquistado e dos mais promissores, estará definitivamente perdido se medidas enérgicas não forem tomadas em tempo. Muitas dessas reclamações têm sido



Outro aspecto da Biblioteca



Vista parcial do Serviço de Mecanografia

resolvidas satisfatoriamente pelo Conselho, por intermédio de sua Secção de Fomento do Comércio Exterior. A percentagem de casos resolvidos é bastante satisfatória, mas nem por isso o comércio exportador brasileiro se livra da pecha de desonesto. Em geral não são as grandes firmas, de tradição no nosso comércio, as acusadas, mas, sim, pequenas organizações, que se fundam e extinguem frequentemente, as responsáveis por essa má fama. Para evitar que permaneça essa situação deplorável, eu mesmo apresentei ao Conselho Federal de Comércio Exterior uma indicação propondo a criação do Registro Compulsório de Firms Exportadoras, fazendo-o da seguinte forma :

INDICAÇÃO

“Indico que o C.F.C.E. estude uma legislação, a ser submetida oportunamente ao exame e decisão do Senhor Presidente da República, criando o registro compulsório de firmas exportadoras, ao qual só serão admitidas aquelas que satisfizerem a de-

terminadas condições estabelecidas na dita legislação, que versarão principalmente sobre a idoneidade e capacidade financeira das mesmas; que na referida legislação sejam incluídos dispositivos de natureza penal para as que deixarem, sem motivos justos, de cumprir contratos perfeitos e acabados; exportarem mercadorias em desacôrdo com as amostras e especificações previamente combinadas; remeterem produtos, já padronizados, com indicações de tipos que não correspondam às qualidades respectivas, etc.; êsses dispositivos penais, que serão aplicados após processo regular contra os infratores, promovido por autoridade competente a ser determinada, irão desde a multa pecuniária até a cassação da inscrição no registro aludido, podendo, em casos especiais, importar mesmo na liquidação obrigatória da firma ou sociedade incriminada e na expulsão do território nacional dos seus componentes, se forem estrangeiros.”

Prosseguindo, o Sr. Ministro Moreira da Silva nos informou que a Comissão Têxtil já tomou providências no seu setor, conseguindo que o Governo Federal expedisse um Decreto-lei estabelecendo

normas tendentes à regularização do comércio exportador de tecidos, que foi um dos mais acusados de irregularidades. E se o senhor quiser mais detalhes, procure a nossa Secção de Fomento do Comércio Exterior, que possui um vasto arquivo sobre a matéria.

PREÇOS DE MERCADORIAS IMPORTADAS

Aludimos aos preços elevados que o consumidor brasileiro está pagando por artigos manufaturados no estrangeiro, e assim o Sr. Ministro Moreira da Silva nos falou a respeito :

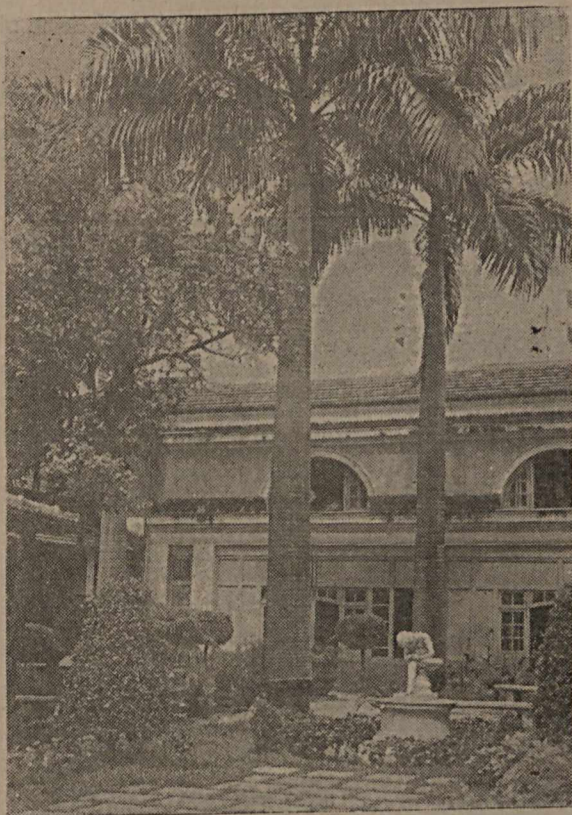
— Esta questão é muito delicada. Entretanto, posso afirmar-lhe que a culpa cabe ao mercado importador e, principalmente, aos intermediários

vendidas no Brasil com lucros altos ou, para melhor dizer, extorsivos, sem que existam razões para tanto. A Coordenação da Mobilização Econômica tomou medidas em relação a certos produtos, tais como os artigos farmacêuticos. Propus medidas no sentido de serem publicados os preços de importação e fixados os lucros normais em proveito do consumidor brasileiro. Houve vozes discordantes declarando que “a medida importava na quebra do sigilo comercial”, o que contestei, dizendo que não era possível haver sigilo comercial, contra o interesse público. Aliás, a medida não afetaria de forma alguma os vendedores honestos que procuram obter apenas lucros normais e razoáveis, e sim atingiria os especuladores, que merecem todo o castigo.

O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO BRASIL EM 1944

Desejávamos ainda que o Diretor Geral do Conselho nos dissesse mais alguma coisa da vida econômica do país, e nos lembramos de indagar então como decorreu ela no ano de 1944.

— Para responder à sua pergunta, terei necessidade de, embora resumidamente, fazer um histórico da situação brasileira em 1938, principalmente o seu comércio exterior, seguí-la ano a ano até atingir 1944, que o senhor deseja conhecer. Direi que, no período de guerra já decorrido, o Brasil experimentou uma fase de progresso incontestável. Em 1938, ano que antecedeu o início do conflito, a nossa balança foi a seguinte : importação 5 bilhões 195 milhões de cruzeiros, exportação 5 bilhões 96 milhões de cruzeiros, “deficit” 100 milhões de cruzeiros. Em 1940, a situação apresentava-se sombria. Havíamos perdido os mercados europeus, excetuada a Grã-Bretanha. A navegação tornava-se cada vez mais precária. O colapso da economia brasileira estava em cada cabeça. Tal, porém, não aconteceu. Houve forte reação no interior, cujo mercado passou a consumir maior quantidade de produtos nacionais e a exportação, como compensação, procurou os mercados sul-americanos. A balança comercial ficou equilibrada. Em 1941, apesar de neutros, firmamos os primeiros convênios de emergência com os Estados Unidos sobre minerais estratégicos. A indústria brasileira ativou os seus trabalhos; fábricas novas foram instaladas; o comércio com os Estados Unidos e a Grã-Bretanha.



Pátio interno da sede do Conselho Federal de Comércio Exterior

eventuais que entram no negócio, porque os comerciantes brasileiros são, felizmente, na sua grande maioria, honestos e patriotas. Tive oportunidade de focalizar no Conselho, a êsse propósito, o caso das mercadorias importadas dos Estados Unidos que, saídas daquele país por preços baixos, quase no mesmo nível dos de antes da guerra, estão sendo

embora as dificuldades de transportes, crescia dia a dia. E, assim, conseguimos um saldo, na balança comercial, de mais de um bilhão de cruzeiros. Entramos o ano de 1942 com os Estados Unidos em guerra e o Brasil, em fins de janeiro, no encerramento da III Conferência de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores dos países americanos, rompia as suas relações políticas e comerciais com os países do Eixo. Novos acordos foram firmados com os Estados Unidos — os chamados Acordos de Washington — resultantes da viagem do Ministro Souza Costa a Washington. Borracha, babaçu, mamona, castanhas do Pará, cacau, linters de algodão, cristal de rocha, mica, café, etc. foram os principais produtos incluídos em tais convênios. Ficamos com a colocação de toda a nossa produção, por prazos que variavam de um a quatro anos, garantida. No fim do ano, já podíamos avaliar do auxílio prestado à economia brasileira pelo Governo norte-americano, pois a nossa balança comercial acusava um saldo "record": 2 bilhões e 850

milhões de cruzeiros!!! A borracha, que era um artigo abandonado, já se inscrevia, nesse ano, nas nossas estatísticas com 2 % do total da exportação brasileira. Adaptados à economia de guerra, penetramos o ano de 1943. A nossa indústria, ainda incipiente, entrava em período de franco progresso. A têxtil ganhava terreno, fornecendo fortemente ao mercado sul-americano e já começando as suas vendas para a África do Sul. As usinas siderúrgicas existentes, embora pequenas, trabalhavam dia e noite. A extração de minérios, cristal de rocha, mica e diamantes industriais, todos essenciais para a guerra, tomava vulto. A batalha da borracha prosseguia incansavelmente. Começava a surgir Volta Redonda, a grande usina de ferro e aço, só possível realizar pela cooperação sincera norte-americana. Enfim, tínhamos vencido a crise, que em 1940 parecia inevitável. O saldo da balança foi de 2 bilhões e 600 milhões de cruzeiros. A borracha representou 2,2 % do total e os pneumáticos, que apenas havíamos começado a fabricar, 2,1 %. Chega-



Outra vista do pátio interno

mos a 1944, ano da consulta feita, com toda essa máquina em desenvolvimento e um saldo na balança girando em torno de três bilhões de cruzeiros. Isto significa que o nosso desenvolvimento econômico caminha sem cessar.

— Que me diz o Senhor Diretor Geral sobre o progresso da indústria brasileira, principalmente das chamadas indústrias básicas?

— A indústria brasileira, conforme já mencionei, experimentou, nos cinco anos de guerra, extraordinário progresso. Conseguiu suprir largamente o mercado interno e exportar em escala apreciável. Poderemos citar, entre os principais: tecidos de algodão e de seda, ferro gusa e laminado, aço, artefatos de ferro, louças, vidros, artefatos de borracha, principalmente pneumáticos e câmaras de ar, lâmpadas elétricas, aparelhos elétricos, tintas e vernizes, produtos farmacêuticos, máquinas em geral. A indústria do carvão não deverá ser esquecida, pois vem atendendo às necessidades internas em mais de 70 %. Todas essas indústrias pertencem a particulares, que, entretanto, não se interessaram, com o mesmo calor, pelas indústrias básicas. A iniciativa privada deve-se, todavia, à Usina de Alumínio de Ouro Preto, já em produção. O Governo Federal, porém, tomou a seu cargo a instalação da Usina de Volta Redonda, quase concluída; a Usina de Álcalis, a Fábrica Nacional de Motores, a Fábrica de Aviões de Lagoa Santa, etc. É que o Presidente Getúlio Vargas, estadista esclarecido, vem aproveitando inteligentemente o momento para trazer o país — sem descuidar evidentemente o terreno agrícola, base da nossa economia — para o campo industrial, indispensável à colocação do Brasil na linha das grandes potências. Assim, vem, como disse, criando indústrias básicas, alargando o crédito industrial, estabelecendo escolas técnicas e reaparelhando as existentes, distribuídas em todo o território nacional, incentivando a vinda de técnicos para o Brasil e capitais destinados à instalação de novas fábricas, cuidando da questão dos transportes, etc. Para levar por diante todos esses empreendimentos, temos contado com a boa vontade e o auxílio norte-americano, do Governo e de particulares, todos interessados na industrialização do Brasil, pois um país industrial é sempre mais forte comprador do que um país de formação exclusivamente agrária.

— As exportações brasileiras para a América do Sul têm pesado na balança brasileira?

— Sim, estamos realizando com os nossos vizinhos da América do Sul, depois do pan-americanismo político, um verdadeiro pan-americanismo econômico. O comércio brasileiro com os irmãos americanos do sul foi um dos grandes fatores do nosso desenvolvimento econômico, principalmente no campo industrial, nestes últimos anos.

NA SECÇÃO DE PESQUISAS ECONÔMICAS

Não vamos nos estender sobre as atividades de todas as secções do Conselho. Matéria destinada a reportagem, seja ela para jornal diário ou revista, deve ser selecionada de forma a tornar-se acessível e agradável a toda gente. E essa seleção, quando praticada no setor da economia, precisa ser feita então com mais apuro, tendo-se muito em conta esse objetivo. Há que considerar-se a indiferença e até mesmo certa idiosincrasia de grande parte do público por assuntos econômicos e, sobretudo, pela estatística. Esta, então — coitadinha! — até mesmo em certos setores oficiais não é ainda devidamente apreciada. . . Felizmente, há órgãos como o Conselho Federal de Comércio Exterior onde o seu valor, os seus encantos merecem atenções constantes e de tal forma que lá não lhe permitem fenececer, criar rugas e cabelos brancos.

“Estatística” com idade falsa, à conta de chegar, conforme a vontade de quem, no momento, dela se queira valer para justificar conclusões apressadas e levianas, essa não é, afinal, estatística. É uma espécie de fuga à responsabilidade. . . Mais um pouco à frente, desejamos referir ao leitor como trabalha o Conselho Federal de Comércio Exterior no campo da estatística, enfrentando, naturalmente, um mundo de dificuldades ou, melhor, abeirando-se de fontes nem sempre generosas e pródigas. Assim mesmo, o que vem êle realizando num país onde não existe organizada mentalidade estatística e faltam meios materiais para orientá-la e estimulá-la, é tarefa penosa essa dos técnicos dirigidos pelo Ministro Mário Moreira da Silva, os quais na Secção de Pesquisas Econômicas precisam trabalhar diariamente e apresentar serviços que não desmereçam a boa tradição da Casa.

PRODUTOS EXPORTÁVEIS

Passemos a tratar primeiro dos produtos exportáveis do Brasil, ouvindo o Chefe da Secção de Pesquisas Econômicas, Engenheiro Amerino Wa-

nick. Aludimos, de início, ao trecho do discurso do Presidente Vargas, transcrito no início desta reportagem, sobre a nossa exportação e no qual alude a 40 produtos principais nela incluídos. Procurando esclarecer-nos a respeito, assim nos falou o Chefe da Secção de Pesquisas Econômicas :

— Sabemos que hoje não é de 40 essa relação, variável de mês a mês, dependendo essa variação dos ciclos das safras dos produtos agrícolas, dos pedidos do exterior, da normalidade dos transportes, etc. Quanto aos produtos industriais, já não é tão acentuada essa variação, como fácil é de compreender-se. Aqui está o movimento de nossa exportação em 1944 e no qual se encontram entre os 600 artigos diferentes os dez principais, os quais, até outubro de 1944, representavam 73 % sobre o valor e mais de 58 % sobre o volume de nossa exportação, sendo que o café participou com cerca de 36 %. Conclui-se daí que o país já saiu da época da monocultura do café, quando, antigamente, êste representava 75 % da exportação. Além do café, temos hoje os tecidos de algodão, o algodão em rama, o pinho, a borracha, o arroz, peles e couros, quartzo ou cristal de rocha, a cêra de carnaúba, o cacau e amêndoas, e os demais produtos, além destes, representados.

Como as operações sobre o café estão sempre em ordem do dia e sempre sujeitas a debates públicos, achamos que para esta reportagem não vale a pena dêle falarmos. Procuramos passar a outro produto, pedindo informações sobre o

Cristal de Rocha

E assim nos atendeu o Chefe da Secção de Pesquisas :

— Para mostrar a influência que a guerra tem sobre os países do tipo do Brasil, salienta-se a exportação do cristal de rocha, produto do mais alto valor estratégico, sendo de destacar sua aplicação em fins óticos, piezo-elétricos, construção de lentes, prismas e osciladores para rádio-indústrias, rádio-telefonia, rádio-telegrafia, cinematografia sonora, televisão, etc. O preço médio do cristal de rocha, por quilo, em 1930 foi de Cr\$ 20,06. Pois bem, em 1944 atingiu a Cr\$ 249,65!

— E o Conselho teve alguma participação no estudo da exportação do cristal de rocha?

— Pois não! Tratou de sua padronização, que proporcionou reais benefícios à economia nacional,

em face de uma resolução aprovada pelo Presidente da República autorizando o Conselho e posteriormente a Comissão de Defesa Econômica Nacional e a Coordenação da Mobilização Econômica a estabelecer uma taxa de exportação do cristal de rocha.

— Mas, uma taxa de exportação?

— Sim, essa taxa foi estabelecida a fim de que o Tesouro Nacional participasse também dos lucros resultantes da vultosa e valorizada exportação de um produto genuinamente nacional e que, anteriormente, quase nada rendia ao erário público.

— E essa situação assim de descuido quanto à arrecadação sobre essa exportação até quando permaneceu?

— Ela permaneceu até 1940. Dêsse ano em diante, em virtude da atuação dêste Conselho, a renda, que em 1941 foi apenas de cerca de 10 milhões de cruzeiros, passou em 1943 a 32 ½ milhões, sendo que somente de janeiro a abril de 1944 ela foi superior à de todo o ano de 1941! A taxa de exportação cobrada é de 10 % *ad-valorem* e foi estabelecida especialmente com o fim de aparelhar os órgãos técnicos incumbidos de fazer a fiscalização e classificação do cristal de rocha, do que, como disse, resultou aquela vultosa renda em bem do Tesouro Nacional.

— E o senhor nos pode citar outro produto que tenha sofrido a influência da guerra?

— Posso. Tome nota :

A Cêra de Carnaúba

— Em 1930 sua produção foi de 7.939.593 quilos e hoje pode ser calculada em mais de 12 milhões de quilos. Quanto à sua exportação, é natural o interesse no estrangeiro por êsse produto, de aplicação no fabrico de discos para fonógrafo, na fabricação de cêra para polimento de assoalho, móveis e automóveis; em baterias elétricas; na fabricação de papel impermeável e papel carbono e ainda de filmes sonoros. Últimamente vem sendo também empregada no preparo de tintas que dão ao material pintado aparência brilhante e o coloca à prova de poeira. A maior compradora e exportadora de cêra de carnaúba em todo o mundo é a "Organização Johnson & Son Inc.", de Racine, Wisconsin, nos Estados Unidos. No Brasil, essa

fundação é representada pela Companhia Johnson do Brasil, que dispõe de apreciável corpo de técnicos, dedicados ao estudo das modalidades do emprêgo industrial da carnaúba. O Conselho, por várias vêzes, já se pronunciou sobre a cêra de carnaúba, quanto à sua classificação e problemas do plantio racional da carnaubeira, pois que estamos na fase de aproveitamento dos carnaubais nativos.

— E que nos diz da valorização da cêra de carnaúba depois da guerra?

— Foi notável. Basta que lhe diga que em 1938 exportamos 9.158 toneladas, no valor total de 101 milhões de cruzeiros, ao preço médio de 11 mil cruzeiros por tonelada. Em 1943, com a exportação de 9.046 toneladas, o valor se elevou a 227 milhões de cruzeiros, à razão, portanto, de 25 mil cruzeiros por tonelada! Pois bem, em 1944, chegou a 11.130 toneladas, no valor de Cr\$ 298.221.581!

— Realmente, foi extraordinária essa valorização.

EXPORTAÇÃO DE TECIDOS

— E pode dar-nos agora um produto industrial?

— Já pensou nos tecidos? Pois vale a pena que conversemos sobre eles. A exportação de tecidos de algodão constitui hoje um acontecimento notável no comércio exportador do Brasil, que na vigência da guerra conquistou vários mercados consumidores, anteriormente supridos pela Inglaterra, Estados Unidos e Japão.

— E terminada a guerra, o Brasil conseguirá manter esses mercados consumidores?

— Ah! isso é uma questão muito complexa, ligada a acordos internacionais e a outras causas. E' bom que não fiquemos muito otimistas nesse assunto... Para dar-lhe idéia do aumento da exportação de tecidos e de sua valorização, basta que lhe diga que em 1938 exportamos apenas 247 toneladas de tecidos de algodão, no valor de Cr\$ 4.260.000, ao passo que em 1943 foi ela de 26.434 toneladas no valor de Cr\$ 1.104.246.000, ou melhor: mais de 1 milhão e 100 mil contos! Agora, observe bem: o valor médio, em 1938, da tonelada foi de 17.238 cruzeiros e em 1943 essa mesma tonelada passou a valer 41.774 cruzeiros!

— Admirável! E qual foi a distribuição dessa exportação por continente, aproximadamente, em 1943?

— África, 15.000 toneladas; Américas do Norte e Central, 339; América do Sul, 11.000 e Europa 215, não tendo havido exportação para a Ásia.

— E a distribuição por países?

— Os principais compradores foram a União Sul-Africana e o Congo Belga, na África, Na América do Sul, a Argentina, o Chile e o Uruguai.

E, terminando suas interessantes informações sobre a exportação de tecidos, disse-nos o Chefe da Seção de Pesquisas:

— O Conselho tem tido uma atuação muito destacada, não só no problema do algodão e seu financiamento, como em relação à produção e exportação de tecidos por meio de resoluções aprovadas pelo Sr. Presidente da República.

ARQUIVO ECONÔMICO

— O Arquivo Econômico do Conselho, que é constituído por extensa coleção de documentos e dados estatísticos sobre todos os assuntos relacionados com a economia nacional e internacional, pode ser considerado hoje como um dos mais destacados documentários de assuntos econômicos entre os existentes em qualquer outro departamento de administração pública do país.

— E os senhores aqui facilitam consultas a esse documentário?

— E' com a maior satisfação e solicitude que recebemos e atendemos as pessoas que nos procuram para obter informações sobre economia, em geral. Aliás, devo dizer-lhe que é muito comum a presença aqui de alunos das escolas de economia e comércio do Rio de Janeiro, que organizam suas teses de trabalhos escolares baseadas em elementos colhidos em nossas seções. As embaixadas da Inglaterra e dos Estados Unidos têm funcionários aqui destacados permanentemente com esse objetivo de colher informações sobre a nossa vida econômica. Também os técnicos de economia do Ministério do Trabalho consultam com muita frequência o nosso Arquivo Econômico e serviços de estatística.

No Arquivo Econômico procuramos colher informações sobre energia elétrica e reflorestamento.

Eletricidade

O Brasil figura em 4.º lugar entre os países mais ricos de potencial hidráulico, como se pode ver por este quadro.

POTENCIAL HIDRÁULICO

Países	KW
Rússia	50 000 000
Estados Unidos	25 040 000
Canadá	19 000 000
BRASIL	14 366 000
Noruega	12 000 000
França	5 835 000
Japão	5 650 000
Suécia	2 893 000
Suíça	2 400 000
Finlândia	1 040 000
Polônia	1 000 000

No magnífico trabalho editado pelo Conselho, "Dez anos de atividade", há a seguinte apreciação dêsse potencial hidráulico na sua distribuição pelo Brasil :

O Estado que dispõe de maiores recursos hidráulicos é o de Minas Gerais, com 5 828 000cv., representando 29% do total do país. Seguem-se-lhe o de São Paulo, com 2 602 000 cv., o do Paraná, com 2 590 000 cv., o de Mato Grosso, com 2 202 000 cv., e o do Pará, com 1 875 000, os quais representam, respectivamente, 13,35%, 13,28%; 11,28% e 9,60% do potencial hidráulico brasileiro.

Somente as cinco maiores quedas d'água do Brasil somam 2 800 000 cv.:

Salto Guaíra ou das Sete Quedas, no rio Paraná	1 500 000 cv.
Cachoeira de Paulo Afonso, no rio S. Francisco	560 000 cv.
Salto do Iguaçu ou de Sta. Maria, no rio Iguaçu	340 000 cv.
Salto Urubu-Pungá, no rio Paraná	250 000 cv.
Cachoeira do Marimbondo, no rio Grande	150 000 cv.

No Brasil, no entanto, essa imensa fonte de energia pouco tem sido aproveitada. As nossas maiores usinas hidro-elétricas estão situadas nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro. O maior aproveitamento hidro-elétrico é o da serra do Cubatão, São Paulo, cuja usina é a sétima do mundo, em ordem de grandeza, depois da destruição da usina *Dnieprostroy*, na Rússia. São Paulo é assim o Estado que tem maior potência instalada, num total de 575.978 Kw, o que representa 46,7% do total do país. E' de notar, porém, que todas as usinas hidro-elétricas brasileiras representam 6,87% do aproveitamento da nossa força hidráulica. O que é percentagem mínima, principalmente se tivermos em vista a nossa condição de importadores de combustíveis.

Consumo médio de energia elétrica por habitante e por ano em diversos países

	Kwh
Noruega	2.779
Canadá	2.330
Suíça	1.680
Suécia	1.174
Nova Zelândia	1.090
Estados Unidos	1.070

Alemanha	655
Inglaterra	512
França	416
Áustria	367
Japão	360
Chile	350
Holanda	320
Tchecoslováquia	200
Argentina	172
Hungria	124
Polônia	82
BRASIL	65,5
Rumânia	48

E a mesma publicação acrescenta :

"O consumo de energia elétrica pela maioria dos brasileiros é, porém, bem inferior ao representado por aquela média. Basta considerarmos que dois terços da potência instalada no país estão localizados em São Paulo e no Estado do Rio de Janeiro, encontrando-se neste último as grandes centrais hidro-elétricas de Ribeirão das Lages e da ilha dos Pompos, que são as abastecedoras da Capital Federal. A população do Distrito Federal e a das outras duas unidades federais somam uma quarta parte da população brasileira, o que significa disporem os demais Estados apenas de um terço da potência instalada no país".

Reflorestamento

Em abril último, escrevendo sobre os serviços da Seção de Tecnologia dos Produtos Florestais, aludimos ao pinho do Paraná, neste trecho de nossa entrevista com o Dr. Djalma Guilherme de Almeida, chefe daquela dependência do Serviço Florestal do Ministério da Agricultura :

"O PINHO DO PARANÁ

E assim prosseguiu o Dr. Djalma Guilherme de Almeida :

— Haja vista, por exemplo, o pinho do Paraná, que hoje ocupa o primeiro lugar na exportação de madeiras brasileiras, em virtude dos novos empregos que lhe foram dados em várias indústrias.

— Então o pinho do Paraná, fora das caixotarias, já subiu de cotação?

— Basta lembrar seu emprêgo nas indústrias do papel, do lápis, do palito, hoje bem desenvolvidas nos Estados do Sul e diga-me se, realmente, a popular madeira brasileira não subiu mesmo muito de cotação em nossas indústrias? E por falar em subir, é bom que também pense em seu emprêgo na aviação."

No Arquivo Econômico do Conselho fomos encontrar um parecer do conselheiro Antônio José Alves de Sousa sobre a "Defesa do Patrimônio

Florestal do País", trabalho em que se refere à reconstituição dos nossos pinheirais devastados, cujo replantio está sendo feito em áreas insignificantes. O conselheiro Alves de Sousa mostrou que a exploração tem aumentado continuamente e que o tempo do crescimento de um pinheiro, até que ele atinja a idade de ser explorado para serraria, é extremamente longo. Conclui o referido técnico por apresentar um plano para reconstituição dos pinheirais devastados.

Bom seria se fôssemos encontrar no Conselho informações mais agradáveis sobre os nossos pinheirais. Clamor não tem faltado contra essa prática, e as advertências dos nossos botânicos e economistas precisam, afinal, ser ouvidas pelos poderes públicos.

No Conselho Florestal Federal, na Sociedade Nacional de Agricultura e na Sociedade Amigos da Flora Brasileira, de S. Paulo, o assunto tem sido debatido sempre e na imprensa sua repercussão é constante.

E por falar na Sociedade Amigos da Flora Brasileira, sua participação vem sendo muito apreciável também no estudo de outros aspectos da questão florestal do país. O seu Presidente, Prof. F. C. Hoehne, é incansável nessa nobre tarefa e suas conferências a respeito precisam ter maior divulgação. E daqui faço um apêlo à sociedade Amigos da Flora Brasileira para que remeta com regularidade seus trabalhos ao Conselho Federal do Comércio Exterior, onde só podem ser muito apreciados.

ESTATÍSTICA

A Seção de Pesquisas Econômicas conta com um serviço de estatística perfeito, pois perfeitas são as fontes a que recorre, e vem tendo lisonjeira aceitação de quantos dela se socorrem, procurando inteirar-se do movimento de importação e exportação do país.

Há ali um fichário geral de cerca de 60.000 fichas, assim sub-dividido: um, destinado a revelar o movimento do comércio exterior, compreendendo a importação e a exportação de mercadorias, no qual cada ficha nos dá o volume dessas mercadorias por países e portos. Outro fichário revela o comércio exterior do Brasil, dando-nos os nomes dos países importadores de nossos produtos, com discriminação dos portos nacionais pelos quais eles saíam e daqueles que no estrangeiro os receberam.

Foi-nos mostrado pelo encarregado do Serviço de Estatística, Sr. Ruy Barbosa Lima, o índice alfabético dos artigos de importação e de exportação.

Quilo em vez de unidade

Quisemos saber quantos rádio-receptores importamos nos três últimos anos.

E foi com surpresa que verificamos que no material estatístico que o Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda fornece mensalmente ao Conselho não há referência absolutamente à quantidade de aparelhos importados neste ou naquele ano, mas a tantos... quilos de aparelhos! E assim é com arados, máquinas, etc. Não atinamos porque se acha consagrada essa curiosa prática nas estatísticas desses artigos.

Então vamos lá ver quantos quilos de aparelhos de rádio temos recebido:

1942	162.764 quilos	Cr\$ 23.771.546
1943	304.524 "	Cr\$ 49.206.639
1944	256.125 "	Cr\$ 25.855.905

Foram os seguintes os países que nos venderam esses rádios: Argentina, Uruguai, Estados Unidos, Canadá e Inglaterra.

Alumínio

E quantos quilos de panelas, chaleiras, etc., de alumínio exportamos em 1944?

A ficha responde: 1364 quilos no valor de Cr\$ 72.891,00.

Aparelhos de raios X

O leitor vai ficar espantado com esta revelação: já chegamos a exportar aparelhos de raios X! E também a quilos...

Em 1941	17.167 quilos	Cr\$ 809.863
Em 1942	589 "	Cr\$ 26.950

Cessou em 1942 a exportação.

Fumo em fôlha

Somos um país produtor de fumo e excelente fumo, mas assim mesmo importamos muito fumo do estrangeiro.

Aqui está a ficha a comprovar isso:

1942	134.724 quilos no valor de	Cr\$ 6.058.145
1943	79.305 quilos no valor de	Cr\$ 4.838.842
1944	211.862 quilos no valor de	Cr\$ 12.738.737

Naturalmente, o fumo cheiroso para o cachimbo dos homens elegantes, por muito procurado, fêz elevar a importação desse produto.

Arados

1942 . . .	183.396 quilos no valor de Cr\$	959.261
1943 . . .	213390 quilos no valor de Cr\$	1.367.215
1944 . . .	246.761 quilos no valor de Cr\$	1.393.221

Como dissemos, todo o serviço de intercâmbio comercial com o estrangeiro é apurado no Conselho Federal de Comércio Exterior segundo as estatísticas fornecidas pelo Ministério da Fazenda.

CURIOSIDADES DE NOSSO INTERCÂMBIO COMERCIAL

O Brasil mantém relações comerciais com países e nações as mais estranhas do mundo.

Tanganiica — Este país nos vendeu em 1940 mercadorias no valor de Cr\$ 561.000,00, pesando 245 quilos.

Rússia Asiática — Em 1940 nos comprou couros, piassava, borracha, mica e cacau, pesando 325 quilos e valendo Cr\$ 1.000.000, e em 1941, êstes e outros artigos, pesando 3.579 quilos no valor de Cr\$ 10.000.000.

Uganda — Em 1941 importou do Brasil vinte toneladas de mercadorias no valor de Cr\$ 39.000,00.

E seguem-se mais êstes países: Baamas, Jamaica, Saint Croix, San Piedro de Miquelon, San Tomas, Trinidad, Hong-Kong, Irac, Transilvânia, etc.

O INTERESSE PELOS SERVIÇOS DE ESTATÍSTICA DO CONSELHO FEDERAL DE COMÉRCIO EXTERIOR

Valeram-se dos serviços de estatística do Conselho em 1944 os seguintes órgãos de nossa administração e entidades diversas: Ministérios do Trabalho e da Aeronáutica, Banco do Brasil, Comissão do Contrôlo dos Acordos de Washington, Instituto de Economia, Instituto Brasileiro de Contabilidade, Embaixadas Americana, Argentina, Canadense, Inglesa, Uruguia, Consulado Geral do Equador, Light & Power, Comp. Itatic, Mesbla S. A., etc.

SEÇÃO DE FOMENTO DO COMÉRCIO EXTERIOR

Esta Seção, dirigida pelo Dr. João Barbosa de Almeida Portugal, tem, entre outros encargos, o

de promover o contato dos exportadores nacionais com os importadores estrangeiros. Diariamente chegam ao Conselho "oportunidades comerciais", isto é, notas esclarecedoras de oferta e procura de produtos exportáveis ou importáveis. E muitos negócios de grande vulto já se tem ultimado através da Seção de Fomento, que também procura facilitar operações comerciais entre negociantes aqui dentro do país, procurando remover esta ou aquela dificuldade que possa surgir no andamento de seus negócios e de solução dependente dos poderes públicos.

Ao Dr. João de Almeida Portugal falamos acerca das reclamações providas do exterior contra alguns exportadores brasileiros. E seu esclarecimento foi imediato:

— Como já é de seu conhecimento, foi em boa hora apresentada ao plenário do Conselho, pelo Sr. Diretor Geral, uma indicação no sentido de se pôr paradeiro aos abusos praticados por parte de alguns exportadores inescrupulosos, que, movidos pelo espírito de ganância, muito têm comprometido o bom nome do comércio exportador brasileiro. Esta Seção está coligindo os elementos necessários que permitam ao relator a quem fôr dado o exame da matéria no plenário, apresentar trabalho que efetivamente corresponda aos anseios daqueles que estão honestamente empenhados no desenvolvimento do nosso comércio de exportação. Vivendo um momento excepcionalmente propício, as indústrias brasileiras precisam aproveitar a oportunidade que se lhes oferece para, consolidando os mercados conquistados, cheios de possibilidades futuras, de difícil acesso nos tempos normais, rumarem para a conquista de novos, de futuro altamente interessante para a economia brasileira. Não será certamente com o emprêgo de processos repudiados por quantos fazem da lisura o fundamento de suas atividades comerciais, que haveremos de desenvolver em bases sólidas o comércio de exportação do Brasil. Não será traindo os contratos, substituindo mercadorias, fraudando o pêso, que o exportador brasileiro se fará credor da boa vontade dos clientes que os procuram. Não será, com certeza, com os benefícios de um só, recebidos de uma só vez, que se haverão de ampliar as atividades dos que se empregam nos negócios de exportação. E' precisamente a preocupação de se evitar êsses erros calamitosos para a economia nacional o que visa a indicação de que ora nos ocupamos.

— Mas tôdas as reclamações vindas do estrangeiro contra os nossos exportadores são procedentes?

— Nem sempre elas procedem. Devo dizer-lhe que as casas exportadoras brasileiras de tradição não tiveram, ainda, transitando neste Conselho, qualquer reclamação que as desabonasse. Em sua totalidade essas reclamações são formuladas contra os *novos exportadores*, arribados ao nosso país em face da guerra, só visando lucros, seja de que modo fôr, em detrimento do bom conceito dos nossos velhos exportadores. Dentro do nosso âmbito de ação, somos aqui inflexíveis contra tais exploradores e já chegamos até a promover a dissolução de firmas que só contribuem para êsse comércio criminoso. Também há reclamações de agentes e vendedores acreditados no estrangeiro contra negociantes brasileiros. Estas já são de outra natureza: referem-se a comissões que não lhes são pagas pelos exportadores das mercadorias procedentes do Brasil e que se aproveitam de seus serviços para colocá-las nos mercados consumidores e depois não se lembram de lhes dar a comissão prometida.

O Dr. João de Almeida Portugal mostrou-nos numerosas cartas que confirmavam suas afirmações. Assim é que vimos cartas nesse sentido recebidas da Argentina, Uruguai, Paraguai, Bolívia, Chile, México, Cuba, Inglaterra e África do Sul.

E terminamos assim a nossa palestra com o Chefe da Seção de Fomento do Comércio Exterior, permitindo-nos sentir bem de perto o esforço, a boa vontade ali reinante no exame de questões como estas, de alta significação para a prosperidade de nosso comércio exportador.

NA SEÇÃO ADMINISTRATIVA

Muito trabalhosa, nessa Seção se cuida do pessoal da casa, do material, do orçamento interno, através da Contabilidade, Arquivo, Comunicações, Mecanografia, Biblioteca, Expedição e Portaria.

Conversamos um pouco com o Chefe, Sr. Otávio Monjardim, que nos disse das aperturas em que vive por deficiência de pessoal.

— Mas o Conselho ainda não tem um quadro fixo?

— Não. Dispõe de dez funcionários titulados requisitados dos Ministérios da Justiça, Fazenda, Viação e Agricultura. Os demais são extranumerários.

— E como consegue o Conselho funcionários capazes de lidar com essas estatísticas complicadas e estudar, compreender e informar êsses processos que depois são levados às sessões plenas do Conselho ou encaminhados aos demais setores de nossa administração?

— Ensinando. A princípio os novatos acham o trabalho pouco atraente. Mas pouco tempo depois, vão revelando verdadeiro entusiasmo pelos assuntos econômicos e, se não chegam a funções de mais relêvo, é porque se sentem peados por dispositivos legais ou regulamentares. E de vez em quando um dêles desgarrá encontrando lá fora situação mais vantajosa. E assim vivemos a enfrentar aqui sério problema, cuja solução não depende absolutamente do Conselho.

BIBLIOTECA

A Biblioteca dispõe de mais de 14 mil volumes sobre assuntos econômicos e financeiros. O Sr. Moisés Granjeiro de Araújo, encarregado de lidar com os livros e atender aos consulentes, não teve trabalho em nos mostrar a variedade das obras ali existentes e que versam sobre os mais diversos assuntos.

Sobre economia política, por exemplo, vimos 74 fichas de autores diferentes.

As fichas se acham dispostas por assunto. Lemos as referentes a cristal de rocha, alumínio, indústrias alimentícias, conservas, indústrias do açúcar, etc.

RESUMO DAS ATIVIDADES DO CONSELHO

Seria exaustivo se fôssemos relatar aos leitores da *Revista do Serviço Público* tôdas as atividades do Conselho desde a sua fundação ou mesmo as de um ano inteiro. Nada de relatórios...

Temos sempre em muito boa conta a paciência dos leitores. Vamos oferecer-lhes alguns apontamentos que o Dr. Luiz Gonzaga Leobons nos forneceu para esta publicação. Êsse técnico secretaria as sessões do Conselho Pleno e, mais do que ninguém, pode nos falar dos seus trabalhos.

O Conselho Pleno aprovou e submeteu à deliberação do Sr. Presidente da República, em 1944, as seguintes Resoluções:

Renovação do acôrdo de Washington sobre a mamona, para óleo e sementes, por um prazo mínimo de três anos;

Obrigatoriedade do uso do guaraná em todos os produtos cuja propaganda comercial se baseie no nome daquela planta;

Aproveitamento industrial de frutos cítricos;

Elevação de direitos aduaneiros sobre a importação de lâminas de vidro branco, lisas;

O descanso em feriados civis e religiosos, de acôrdo com a tradição local;

Colocação do amido nacional no mercado nacional;

A crise no comércio de cacau;

Defesa do patrimônio florestal e reconstituição dos pinheirais devastados;

Classificação, avaliação e padronização dos produtos minerais destinados à exportação;

Organização dos produtores de erva mate, em cooperativas;

Estandarização do rutilo, produção de alvaiade de titânio no país;

Industrialização do quartzo no Brasil;

Proibição de transferência de indústrias e capitais do Brasil para o estrangeiro;

Favores fiscais aos hotéis que se estabelecerem no território nacional;

Concessão de favores para construção de casas de saúde;

Aproveitamento da rocha asfáltica nacional.

Estuda no momento a reforma dos contratos de locação de máquinas para fabricação de sapatos; implantação da indústria de fixação do azoto atmosférico e de produção de ácido sulfúrico; plano de estabelecimento de usinas elétricas de propriedade do Governo; custo da produção dos produtos agrícolas e industriais; apresentação de planos de instalação de indústrias básicas no país; indústria nacional do livro; lapidação de pedras preciosas; medidas de proteção à indústria nacional de laticínios; implantação do seguro agro-pecuário; bases para planificação agrícola; construção de casas populares; trabalho compulsório para os vadios e desocupados.

Em legislaturas anteriores, o Conselho Federal de Comércio Exterior realizou estudos, dos quais

resultou a instalação dos seguintes órgãos econômicos:

Conselho Nacional do Petróleo

Conselho de Minas e Metalurgia

Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do B. B.

Carteira de Exportação e Importação do B. do Brasil

Instituto Nacional do Mate

Instituto Nacional do Pinho

Instituto Nacional do Sal

Instituto Agrônômico do Norte

Comissão de Marinha Mercante

Caixa de Crédito Cooperativo

Entrepósitos de gêneros alimentícios para o D. Federal.

Estudou a implantação das seguintes indústrias:

Siderúrgica, celulose, vidro plano, álcalis (soda cáustica), alvaiade de titânio, construção naval, madeira compensada, máquinas agrícolas, ferramentas para lavoura, rádio, válvulas eletrônicas, desidratação de produtos alimentares e alumínio.

Estudou e estimulou a produção de chá, quinino, cafeína, concentrados de níquel, borracha, etc. e elaborou o Decreto-lei n.º 334, de 16-III-1938, que estabelece a classificação e fiscalização de produtos agrícolas e pecuários e matérias primas do país destinadas à exportação, visando a sua padronização.

ORGANIZAÇÃO TÉCNICA E ADMINISTRATIVA DO CONSELHO FEDERAL DE COMÉRCIO EXTERIOR EM 1945

Presidente: Getúlio Dornelles Vargas

Diretor Geral: Mário Moreira da Silva

Órgãos componentes:

CONSELHO PLENO

Presidente: Getúlio Dornelles Vargas
impedimento, Mário Moreira da Silva, diretor-geral.

Membros: Coriolano de Araújo Góis, Edgar de Vasconcelos Abrantes, Carlos Alberto Gonçalves, Paulo Emílio de Oliveira, Juvenal Greenhalgh Ferreira Lima, Benjamim do Monte, Antônio José Alves de Sousa, Artur Tôrres Filho, Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho, Américo René Giannetti, Anápio Gomes, Francisco Alves dos Santos Filho,

João de Lourenço, Napoleão Alencastro Guimarães e Carlos Freire Zenha.

Secretário : Luiz Gonzaga Leobons.

CÂMARA DE PRODUÇÃO

Diretor : Benjamim do Monte

Membros : Antônio José Alves de Souza, Artur Tórres Filho, Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho, Américo René Giannetti.

Secretário : Jesús Soares Pereira.

CÂMARA DE DISTRIBUIÇÃO E MERCADO INTERNO

Diretor : Anápio Gomes

Membros : Francisco Alves dos Santos Filho, João de Lourenço, Napoleão Alencastro Guimarães, Carlos Freire Zenha.

Secretário : Otho do Amaral Henriques.

CÂMARA DE INTERCÂMBIO

Diretor : Coriolano de Araújo Góis

Membros : Edgar de Vasconcelos Abrantes, Car-

los Alberto Gonçalves, Paulo Emílio de Oliveira, Juvenal Greenhalgh Ferreira Lima.

Secretário : Luiz da Frota Matos

JUNTA DE COORDENAÇÃO

Membros : Diretor Geral, Diretores das Câmaras de Intercâmbio, Distribuição e Mercado Interno e Produção, Diretor da Secretaria.

Secretário : Antônio Mourão.

DIRETOR DA SECRETARIA

Camilo Ferrara

ÓRGÃOS COMPETENTES :

Seção Administrativa : Chefe : Otávio Monjardin

Seção de Fomento do Comércio Exterior : Chefe : João Barbosa de Almeida Portugal.

Seção de Pesquisas Econômicas : Chefe : Américo Wanick.